

Memória da Reunião da Comissão Temática de Saúde: Orçamento
Data: 26/07/2023
Coordenador(a) da Comissão: Livaldo Bento
Relator(a) da Comissão: Mario Martins Junior
Presentes na Reunião da Comissão: Adriano Marcio Rissati Amaury Cesar Alexandrino Antonio Vieira Martins Cibele Santos Oliveira Elisangela Tatiane Caleones Elves Vieira Rocha Fernando Cesar Iwamoto Marcucci João Maria Oliveira Lima Livaldo Bento Mari Elaine Rodella Mario Martins Júnior Palmira Aparecida Soares Rangel Sandra Busnello
Justificativas de ausências da Comissão: Eliel Joaquim dos Santos
Pautas da Comissão: -Informes Gerais -Previsão da receita e execução orçamentária da despesa (pauta permanente)
Relato da Reunião: Dando início aos trabalhos o coordenador da comissão de orçamento cumprimentou a todos os presentes e informou a justificativa do conselheiro Eliel para ausência nesta reunião e em seguida informou as pautas do dia. Na sequência o conselheiro Abreu pediu que fosse feita uma apresentação pelo Funsauúde sobre as informações gerais para a comissão sobre o acordo entre o Ministério Público e o Estado do Paraná sobre a destinação da reposição orçamentária das despesas não universais e propôs que para a próxima reunião de agosto, a apresentação deste tema no pleno. A apresentação foi feita pelo Sr. Adriano Marcio Rissati, diretor do Funsauúde, que inicialmente destacou que este assunto tem sua origem entre os membros desta comissão que num passado

distante iniciou esta questão que culminou recentemente com a celebração de um acordo entre o Ministério Público, o Governo do Estado, a SEFA, a SESA e a PGE, que prevê a recomposição ao Funsauúde dos recursos utilizados em ações e serviços públicos em saúde não universais (HPM, SAS e Leite das Crianças). O valor a ser recomposto é de 5 bilhões de reais em 15 anos, sendo 2 parcelas anuais, que totalizam em torno inicialmente de 333 milhões de reais por ano, sendo a primeira parcela obrigatoriamente em junho e a outra em 31 de dezembro de cada ano sucessivamente, até findar o acordo. Este valor será corrigido pelo IPCA e terá a sua execução acompanhada pelo Conselho Estadual de Saúde. Disse que será criado um painel para dar visibilidade e transparência a esta execução orçamentária. Informou que faz parte do acordo o incremento anual de 15 milhões em saúde mental e 15 milhões em atenção básica e o restante ficará a critério da administração, exceto em folha de pagamento, aluguéis e manutenção de imóveis. Disse que a Diretoria Geral está elaborando um plano de ação para a utilização destes valores. Informou que em 2023 parte do acordo já foi cumprido, no que refere-se ao repasse do orçamento pela SEFA. O orçamento total de 333 milhões já foi repassado, deste valor, 166 milhões já teve seu repasse financeiro efetuado e o restante será repassado nos próximos meses. Estes valores serão repassados em conta específica e fonte específica para facilitar o controle da execução dos recursos. Disse também que o Funsauúde irá participar a este Conselho e ao Ministério Público a respeito destas ações e iniciar esta participação por esta comissão de orçamento e após, encaminhar ao pleno. Terminada a apresentação, abriu aos questionamentos dos conselheiros. Inicialmente, o coordenador da comissão destacou que a volta destes recursos para a saúde era uma ansiedade de muito tempo dos conselheiros. A conselheira Elaine solicitou a SESA o repasse do acordo completo aos conselheiros, pois é um documento público. Questionou por que a SESA não defendeu a utilização de parte dos recursos em folha de pagamento. Solicitou uma explicação de como estes recursos já repassados serão utilizados neste exercício de 2023. Disse que os recursos para o ano que vem vão entrar na elaboração do plano estadual de saúde que será também construído na agenda com o Conselho. Questionou também se será feita a diferenciação dos recursos de 2023 e separadamente o que será composto no plano estadual de saúde para os próximos quatro anos. Solicitou também informações sobre os recursos destinados as pensões de hanseníase no gabinete do Secretário que constam da LDO de 2024. Questionou o por que destes recursos não fazerem parte do acordo, pois tratam-se de previdência e assistência social. O Sr. Adriano informou que este acordo foi costurado pela PGE e MP com o Governo do Estado. Disse que o termo está de posse do jurídico da SESA e se comprometeu a entrar em contato com o jurídico para verificar a possibilidade de repassar ao conselho este termo para análise e acompanhamento, até por que este Conselho Estadual de Saúde é parte integrante deste acordo no acompanhamento e fiscalização dos recursos deste acordo, assim como de todos os recursos que são aplicados em saúde. Explicou que os valores de 15 milhões destinados a saúde mental e atenção primária, são valores obrigatoriamente mínimos e que há a expectativa de ampliação destes recursos a critério da gestão. Disse que os recursos estão previstos para 2023 e mais 14 anos futuros e que obrigatoriamente vão compor o plano estadual de saúde. Disse também que o plano de ação para utilização destes recursos será

colocado para conhecimento do Conselho para que possa acompanhar a execução. Com relação aos valores da pensão dos hansenianos, as informações serão repassadas para esta comissão. O conselheiro Abreu sugeriu que fosse feita uma agenda para discutir este tema de forma mais detalhada no pleno do mês de agosto, pois já teríamos condições de apresentar uma proposta inicial da utilização destes recursos. Propôs o encaminhamento para o pleno no mês de agosto. Questionou sobre o prazo para a execução destes recursos na integralidade ainda neste exercício. O Sr. Adriano explicou que o acordo prevê a obrigatoriedade da transferência orçamentária e financeira pela SEFA ao Funsauúde e não prevê a obrigatoriedade da utilização destes valores durante o exercício, os valores são cumulativos. Disse que a saúde tem o cumprimento do índice constitucional, tem recursos do Ministério da Saúde e para que se tenha um gasto consciente, não podemos atropelar, na ansiedade executar durante o exercício. Informou que a segunda parcela do acordo pode ser repassada até 31 de dezembro e não haveria tempo hábil para a execução durante o ano. A conselheira Elaine pediu que fosse repetido o valor anual das parcelas do acordo, pois não conseguiu o acesso na reunião em tempo oportuno devido a problemas no link de acesso. O Sr. Adriano repassou novamente as informações solicitadas pela conselheira. O conselheiro João Maria solicitou a palavra para efetuar um questionamento, porém disse estar contemplado com esta última explicação do Adriano. O conselheiro Amaury se declarou muito satisfeito com a celebração deste acordo, pois trata-se de um resgate de um prejuízo passado, de uma luta de mais de 20 anos e que é uma vitória e um ganho enorme para a saúde. O conselheiro e coordenador Livaldo relatou um pouco do histórico desta situação e em nome desta comissão, parabenizou a SESA por esta demonstração de trabalho e esforço nesta demanda. Como finalização desta pauta, ficou estabelecido, com o parecer favorável de todos os conselheiros, a inclusão de ponto de pauta para reunião desta comissão no mês de agosto com a explanação de forma mais detalhada sobre este acordo para a recomposição orçamentária das despesas não universais na SESA e de a mesa diretora colocar como ponto de pauta para o pleno.

O próximo item da pauta foi apresentado pelo Sr. Mario Martins Junior do Funsauúde, na qual explanou sobre a evolução da receita e da despesa, bem como do índice alcançado no período através do painel de monitoramento da execução orçamentária.. Finalizada a apresentação abriu aos questionamentos dos presentes. O conselheiro Fernando questionou sobre a previsão da receita, de como está a questão do acompanhamento da arrecadação prevista. O Sr. Mario explicou que o acompanhamento é feito mensalmente conforme a SEFA disponibiliza as informações dos valores arrecadados após o fechamento do mês anterior e o painel é atualizado com a receita efetiva e com as previsões para os meses subsequentes. O Sr. Adriano reforçou que o painel acompanha em tempo real a execução orçamentária dos recursos da fonte 100 que compõem o índice constitucional em aplicação em ações e serviços públicos em saúde. Disse que no momento em que a despesa é empenhada, já compõe o painel, com uma atualização a cada meia hora. Informou que a receita de junho está fechada e não sofrerá alterações. De julho a dezembro, a receita é estimada e revista mensalmente. O conselheiro Abreu agradeceu ao Adriano e ao Mario a disponibilização desta ferramenta nesta comissão de orçamento, pois atingiu a uma

expectativa muito grande de todos os conselheiros e da própria gestão, demonstrando o acompanhamento de como está se vendo hoje. Disse que este instrumento é riquíssimo. Contextualizou que numa recente reunião em Brasília, o estado do Paraná foi referenciado quanto a transparência na disponibilização das informações desta ordem. Agradeceu também a sensibilidade do Secretário que apoiou esta ação de democratizar as informações e agradeceu também a toda comissão de orçamento que sempre cobrou uma resposta mais efetiva no acompanhamento das receitas e despesas que são executadas. A conselheira Elaine pediu que se registrasse a necessidade da realização das reuniões de forma presencial para melhor aproveitamento de questões que são tão técnicas. O conselheiro Abreu explicou que houve acúmulos de agenda com o Maurício numa reunião do Conselho Nacional de Saúde, a Carla está sozinha para conduzir esta reunião e teria dificuldades para cumprir uma série de questões administrativas. Disse também que houve a saída de duas pessoas da secretaria técnica e que a SESA está viabilizando a substituição destas pessoas e isto acarretou na dificuldade na execução desta reunião. Disse também que esta é uma situação pontual e espera que não aconteça mais.

A conselheira Palmira informou pelo chat que não conseguiu acompanhar a reunião devido a problemas técnicos.

Findada as pautas do dia, o coordenador da comissão agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

Solicitação de pautas para a próxima Reunião:

Apresentação pelo Funsauúde do acordo firmado pelo Ministério Público e o Governo do Estado sobre a recomposição dos gastos com despesas consideradas de caráter não universal.

ENCAMINHAMENTOS PARA A SECRETARIA EXECUTIVA:

Nenhum encaminhamento.

PARECER DAS COMISSÕES:

Nenhum parecer.

ENCAMINHAMENTOS PARA O PLENO:

Nenhum encaminhamento.

Assinatura do(a) Coordenador(a)

Assinatura do(a) Relator(a)